



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SSJ de Manhuaçu
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MANHUAÇU

EDITAL

EDITAL 03/2025

SELEÇÃO PÚBLICA PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MANHUAÇU/MG

O Juiz Federal Cristiano Mauro da Silva, Diretor da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG, nos termos da Resolução 878/2024 do CJF e em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica entabulado com a Prefeitura Municipal de Caratinga, torna pública a abertura de inscrições para Seleção Pública para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Programa de Residência Jurídica no âmbito da Subseção Federal de Manhuaçu.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Seleção Pública se destina à seleção de residentes jurídicos graduados em direito que comprovem residência no Município de Caratinga, além de formação de cadastro de reserva para atendimento a novas vagas que vierem a surgir durante a validade do processo.

1.1.1. Sem prejuízo do desenvolvimento de posterior plano de trabalho detalhado, os residentes contratados atuarão na Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG prestando atividade prático-jurídica, prioritariamente desempenhada no Gabinete do Magistrado.

1.2. Será destinada 01 (uma) vaga para Residente Jurídico, para atuação na Unidade de Atendimento Avançado da Justiça Federal de Manhuaçu, situada em Caratinga-MG.

1.2.1. A contratação do aprovado será custeada pela Prefeitura Municipal de Caratinga, nos termos do acordo de cooperação técnica 39/2025 1118794.

1.2.2. O provimento de novas vagas, além das supracitadas, dependerá da disponibilidade orçamentária do ente cedente.

1.2.3. O residente admitido participará do Programa de Residência Jurídica por até 36 (trinta e seis) meses, não gerando a residência vínculo de qualquer natureza estatutária ou empregatícia com o TRF6.

1.2.4. Aos residentes será destinada bolsa mensal no valor de R\$ 1.980,10 (um mil novecentos e oitenta reais e dez centavos) além do auxílio-transporte fixado em 192,00 (cento e noventa e dois reais), custeados integralmente pela Prefeitura Municipal de Caratinga.

1.2.5. A jornada do residente será de 30 horas semanais, não podendo ultrapassar 8 (oito) horas diárias.

1.2.6. O residente poderá ser desligado da função mediante análise de

produtividade e sempre no interesse da administração.

2. REQUISITOS E DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO

2.1. A contratação do candidato aprovado e convocado para o preenchimento de vaga está condicionada ao efetivo cumprimento do subitem 2.3; à regularidade documental; à higidez de saúde física e mental do convocado; à assinatura de termo de compromisso, bem como de declaração de que não possui nenhum dos vínculos vedados pela Resolução CJF nº. 878/2024.

2.2. É vedada a contratação de pessoa que atue como estagiário ou residente jurídico de órgão da Defensoria Pública, da Advocacia da União, das Procuradorias da Fazenda Nacional, dos estados e dos municípios ou de escritórios de advocacia, bem como exerça qualquer outra atividade relacionada com a advocacia pública ou privada, em concomitância com a residência jurídica da seção judiciária.

2.2.1. Aplicam-se ao residente jurídico, ainda, as demais vedações estabelecidas no art. 15 da Resolução CJF nº. 878/2024.

2.3. Requisitos: a Residência Jurídica é destinada a bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há no máximo 5 (cinco) anos.

2.3.1. Os candidatos deverão comprovar a escolaridade exigida no momento da convocação para a contratação.

2.3.2. Os estudantes no Curso de Direito, que ainda não tenham concluído o curso, poderão se inscrever, sendo que, se convocados para admissão no Programa de Residência Jurídica, deverão apresentar a comprovação da escolaridade exigida no item 2.3, sob pena de eliminação.

2.4. O candidato convocado para a contratação deverá apresentar atestado médico declarando a higidez física e mental.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições, sem custo, serão realizadas por meio digital, mediante formulário <https://forms.office.com/r/cEp4CzHdQQ>, acompanhado do currículo, histórico escolar e acadêmico, entre os dias **06/10/2025 a 17/10/2025**.

4. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 O processo de classificação consistirá em uma avaliação composta por 15 (quinze) questões. Serão 10 (dez) questões de caráter objetivo, que abordarão o conteúdo programático do edital, e 5 (cinco) questões de caráter discursivo, que exigirão a resolução de problemas e a análise de casos práticos.

4.2 A prova está prevista para o dia 23 de outubro de 2025 (quinta-feira), com realização das 13h às 17h, no auditório do Centro Administrativo Municipal de Caratinga, situado na Av. Professor Armando Alves da Silva, nº 1950 - Nossa Sra. das Graças, Caratinga-MG - 35.302-403

4.3. O candidato deverá comparecer ao local com 30 (trinta) minutos antes do

horário estabelecido, munido de documento oficial com foto (carteira de identidade carteira de nacional de habilitação, carteira profissional, certificado de reservista, passaporte), do comprovante de inscrição impresso ou e-mail de confirmação, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

4.4. Será excluído do processo seletivo o candidato que se apresentar após o horário determinado; não comparecer à prova seja qual for o motivo alegado; não apresentar o documento de identidade exigido; ausentar-se da sala de provas sem acompanhamento do fiscal; for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou usando livros, notas ou impressos não permitidos; for responsável por falsa identificação pessoal; lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova; proceder a quaisquer consultas; não devolver integralmente o material recebido.

4.5. Durante o exame será permitida a consulta à legislação geral, desde que não seja comentada, comparada ou anotada. Os códigos organizados e Vade Mecum também poderão ser utilizados, desde que não possuam nenhuma anotação, comentário ou remissão doutrinária.

4.6. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total de pontos atribuídos à prova.

5. DA ADMISSÃO

5.1. Os candidatos selecionados serão contatados por e-mail e terão o prazo de 5 dias para apresentar a) cópia simples de documento oficial de identificação com foto; b) cópia do diploma ou de declaração de conclusão do curso de Direito, constando a data da respectiva colação de grau; OU cópia de comprovante ou declaração de que se encontra matriculado em curso de Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado, conforme o caso; comprovante de residência no Município de Caratinga-MG.

5.2. Os procedimentos administrativos de admissão serão realizados pelo ente cedente Prefeitura Municipal de Caratinga;

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O processo seletivo terá validade de três anos, podendo ser prorrogado a critério da Subseção Judiciária de Manhuaçu.

6.2. É dever do candidato manter seus dados pessoais, especialmente telefone de contato e endereço, atualizados.

6.3. Todos os atos relativos a este processo seletivo serão publicados no Diário da Justiça Federal da Sexta Região (e-Djf6) e divulgados no endereço eletrônico: [Manhuaçu - JUSTIÇA FEDERAL](#).

Publique-se.

Manhuaçu/MG - Data e Assinatura Digital.

Cristiano Mauro da Silva
Juiz Federal



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Mauro da Silva, Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária**, em 03/10/2025, às 09:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1445964** e o código CRC **86FCE80B**.

ANEXO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito Constitucional: 1. Evolução histórica do constitucionalismo; 2. A Constituição; 3. Poder constituinte; 4. Normas Constitucionais; 5. Princípios constitucionais; 6. Direito e garantias fundamentais; 7. Nacionalidade; 8. Direitos e deveres individuais e coletivos; 9. Direitos políticos; 10. Direitos Sociais; 11. Organização do estado; 12. Poder Judiciário; 13. Defensoria Pública; 14. Controle de constitucionalidade; 15. Remédios constitucionais; 16. Habeas corpus; 17. Habeas Data; 18. Mandado de segurança; 19. Controle judicial de políticas públicas; 20. Direito à saúde; 21. Sistema único de Saúde; 22. Direito constitucional ambiental.

Direito Processual Civil: 1. Ação; 2. Jurisdição; 3. Competência; 4. Competência da Justiça federal; 5. Processo de conhecimento; 6. Processo de execução; 7. Processo cautelar; 8. Mandado de segurança; 9. Antecipação da tutela; 10. Petição inicial; 11. Pedido; 12. Resposta do réu; 13. Prova; 14. Formação, suspensão e extinção do processo; 15. Da sentença; 16. Recursos; 17. Ação civil pública; 18. Ação popular; 19. Lei 9.099/95; 20. Lei 10.259/2001.

Direito Processual Penal: 1. Inquérito policial; 2. Ação penal; 3. Jurisdição e competência; 4. Sujeitos processuais; 5. Extinção de punibilidade; 6. Da prova; 7. Da prisão; 8. Da liberdade provisória; 9. Processo comum; 10. Processo sumário; 11. Sentença; 12. Nulidades; 13. Recursos; 14. Habeas Corpus; 15. Lei 9.099/98; 16. Lei 10.259/01; 17. Lei 13.343/06; 18. Lei 9.605/98.

Direito Previdenciário: 1. Da seguridade social na constituição federal; 2. Princípios da previdência social; 3. Qualidade de segurado; 4. Carência; 5. Período de graça; 6. Benefícios; 7. Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social); 8. Lei 8.213/91.

Rua Capitão Rafael, 75 - Bairro Centro - CEP 36900-010 - Manhuaçu - MG

0011974-10.2025.4.06.8001

1445964v6